

CAPITALISMO, CRISE E DESAFIO SOCIOAMBIENTAL

Julio Cesar Pereira Monerat

Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFJF – IF Sudeste MG – Campus Muriaé – Av. Monteiro de Castro, 550 – Barra – Muriaé MG
E-mail: julio.monerat@gmail.com

Resumo

Estaríamos diante de uma crise terminal do capitalismo ou diante do aprofundamento das potencialidades destrutivas, incluído ampliação da força de trabalho, mercantilização da natureza e até mesmo de guerras imperialistas? Afirmado a necessidade de entender que o caráter destrutivo é estruturante do capitalismo e não mero sinal de sua crise final, propõe-se uma retomada da luta de classes como potencializadora das formas de superação da sociabilidade fundada no capital.

Palavras-chave: Capitalismo, crise, socioambiental.

Abstract

We are facing a terminal crisis of capitalism or before the deepening of destructive potential, including expansion of the workforce, the commodification of nature and even imperialist wars? Affirming the need to understand the destructiveness of capitalism is structural and not merely sign its final crisis, it is proposed a resumption of class struggle as a potentiator of the ways of overcoming the sociability based in the capital.

Keywords: Capitalism; crisis; environmental.

Capitalismo e crise

Crise civilizatória, crise ambiental, crise estrutural do capital... essas expressões podem ser encontradas – juntas ou separadamente – em diversas abordagens críticas do capitalismo contemporâneo, em grande parte identificadas com o período posterior à década de 1970. De um modo extremamente genérico, ousamos dizer que tais abordagens são portadoras da mensagem que a sociabilidade engendrada pelo *modo de produção capitalista teria chegado aos seus limites* – sejam eles socioculturais, ambientais ou econômicos ou ainda uma articulação de cada uma dessas possibilidades – e que, portanto, estaria em vias de ser superado pela *instauração de uma nova sociabilidade*. Desconsideramos aqui todas aquelas abordagens que entendem que tal passagem de um modo de produção ao outro se daria de forma automática, sem a efetiva luta dos homens

e mulheres em classes sociais, focalizando aqueles entendimentos da contemporaneidade que reconhecem as condições objetivas postas, mas articulam-na a uma subjetividade que coloca em marcha seu potencial revolucionário.

Sendo assim - correndo o risco de excessiva simplificação – entendemos que há uma abordagem genérica corrente de que o modo de produção capitalista teria entrado, em meados da década de 1970, em uma *crise estrutural* que, diferentemente dos ciclos conjunturais de crescimento, estagnação, crise e, de novo, crescimento, estagnação e crise, seria agora marcado por um *caráter terminal*. Assim, o capital estaria enfrentando dificuldades cada vez maiores para a sua valorização de forma a colocar sob ameaça a continuidade de sua reprodução. Ressalte-se que a essa perspectiva de análise, em alguns casos, somam-se aquelas que consideram a *financeirização*

do *capital* como a alternativa encontrada pela burguesia no sentido de dar continuidade à expansão da riqueza capitalista, mas agora sob a forma fictícia de capital financeiro.

Outra vertente não excludente a essa e que indica como alternativas encontradas pelo capital à permanência do processo de valorização é aquela que considera a *continuada mercantilização da natureza como mecanismo de atualização da acumulação primitiva de capital*. Conceituada como acumulação por expropriação ou simplesmente como permanência de uma lógica continuamente atualizada de acumulação, considera que parcelas da natureza atualmente inseridas no circuito do capital contribuiriam para a permanência do modo capitalista de produção, articulando valorização/acumulação de capital. Vinculados a essa dinâmica estariam os chamados *discursos da escassez* – água, ar puro (em oposição à excessiva emissão antrópica de gases de efeito estufa), dentre outros – e que justificariam a *cobrança e o pagamento de serviços ambientais*, o que sem dúvida aprofunda a mercantilização da natureza.

Como pano de fundo a muitas dessas interpretações estaria também o *fim do trabalho*, articulado, em muitos casos, a uma suposta redução quantitativa e mesmo de importância do proletariado no processo produtivo. Diversos apologistas e críticos do capitalismo concordam em descartar a centralidade do trabalho na contemporaneidade, enterrando-a na vala comum junto a um também supostamente falecido *fordismo*. Juntamente com esse sepultamento vem anunciado, em muitos casos, o velório do potencial revolucionário do proletariado, restando-se as possibilidades de uma política restrita aos marcos legais do liberalismo político ou ao espaço das ações comunicativas. Estaria, assim, consolidado o fim da história. Ou no máximo um devir monotonamente sem sobressaltos.

Estamos, então, diante do desafio de conciliar o suposto fim das possibilidades representadas pelo modo de produção capitalista que não se dará automaticamente com o também apregoado fim do sujeito revolucionário capaz de destravar as peias da história em direção à superação da ordem do capital. Haveriam transformações possíveis diante de condições objetivas carentes de um sujeito revolucionário?

É verdade que, com relação ao sujeito revolucionário, as perspectivas críticas ao capital têm apresentado alternativas para além do proletariado *stricto sensu*. Uma classe trabalhadora entendida de maneira ampliada – cujos diferentes *blends* incorporaram funcionários públicos, intelectuais, camponeses, *lumpen*, dentre outros – seria a portadora da missão

de ser o coveiro do capitalismo. Estaria, talvez, assim atualizada a possibilidade de articulação entre as condições objetivas de crise estrutural do capitalismo e a subjetividade de uma classe trabalhadora revolucionária, mas é preciso refletir mais detidamente essa articulação.

Acreditamos que é urgente recolocar o debate em sua fundamentação: *estamos mesmo diante de uma crise terminal do capitalismo?* Debate esse que certamente se faz acompanhar das indagações relativas à crise ambiental, civilizatória e também do trabalho. E nossa resposta, podemos adiantar, é que *não há qualquer garantia que o capitalismo esteja diante de seus suspiros finais*. E mais: acreditar que os sinais apresentados como indícios de crise do capital – aumento da exploração do trabalho através da ampliação do mais-valor relativa pelo do aumento da produtividade ou do mais-valor absoluto pela extensão da condição proletária a contingentes populacionais de todo o mundo e a mercantilização imperialista da natureza – anunciam seu fim é o mesmo que acreditar que o capitalismo seria essencialmente diferente daquilo que tem sido na atualidade. Ou seja, é crer que existiu ou haveria a possibilidade de um capitalismo que promova ou tenha promovido o desenvolvimento das potencialidades humanas e que, somente agora, e por ter atingido tais limites, teria esgotado suas promessas humanizadoras.

Burguesia e dinâmica capitalista

Ora, é preciso identificar a realidade objetiva de valorização do capital com o sujeito histórico que a promove. Ou seja, é a burguesia quem desenvolve os mais diversos mecanismos que repõem continuamente o processo de valorização do capital. Essa mesma burguesia teve sim um papel de revolucionar relações sociais de produção e remover os obstáculos às forças produtivas em um dado momento histórico que culminou na hegemonia do modo de produção capitalista. Mas esse papel revolucionário esgotou-se politicamente ao final das revoluções europeias de 1830-48, quando seu poder se consolida e a burguesia deixa de ser portadora da transformação para se tornar guardiã de uma dada realidade social que ela pretende ver preservada. Mesmo reconhecendo a processualidade história de todos os acontecimentos relacionados a essas dinâmicas, o que nos impede de entender a data como um marco absoluto, mas sim como uma referência da efetivação da burguesia como classe dominante e, por isso mesmo, conservadora a partir de então.

É preciso salientar que, a partir desse momento histórico, economicamente essa mesma burguesia fará um gerenciamento das forças produtivas no sentido de só permitir “avanços” que reforcem o “atraso” ou progressos econômicos que não atrapalhem a manutenção das relações sociais capitalistas e a valorização do capital. Dito de outra forma: a burguesia “desenvolverá” aquelas forças produtivas que garantam a continuidade do processo de valorização do capital e não aquelas que libertem a humanidade do fardo do trabalho. Dessa forma, *a dialética da relação entre forças produtivas e relações sociais de produção no capitalismo tem como polo ativo a manutenção das relações produtivas que reponham continuamente a dominação burguesa*. Podemos chamar a isso de avanço das forças produtivas? Ou seria melhor identificar como gestão das forças de produção/reprodução de capital?

É necessário fazer um parêntese para que tal afirmação não soe como por demais depreciativa do “progresso” das forças produtivas. Salientamos que muitos dos avanços das forças produtivas ocorridos sob a égide do capital tiveram reflexos positivos em variados aspectos da vida humana. O que questionamos aqui não é tanto o “conforto” proporcionado por descobertas e progressos técnicos, mas justamente seu sentido.

Vamos a um exemplo: é notável o aumento da produtividade obtida pela agropecuária a partir da difusão das técnicas relacionadas à chamada Revolução Verde e seus pacotes tecnológicos. Porém, quando analisamos os impactos ambientais negativos da adoção de tais pacotes tecnológicos, bem como verificamos a persistência da fome na proporção de um faminto a cada oito habitantes do planeta, é que podemos encetar nossa crítica no *sentido do avanço das forças produtivas*. Ou seja, consequências ambientais e sociais convivem com avanços técnicos sob a égide do capital posto que a sociabilidade por ele estabelecida se dá pelo mercado. Mais importante é apontar que todo o sentido do “avanço” deve ser buscado *não na satisfação de necessidades humanas, mas na produção de mercadorias*, o que, no mínimo, relativiza qualquer dimensão de avanço. E isso se dá em outros campos em que os avanços ou estão limitados à valorização do capital ou, muitas das vezes, não chegam nem a se desenvolver enquanto pesquisa porquanto seus potenciais de realmente significar melhorias na condição de vidas humanas não signifiquem uma contrapartida na ampliação do valor.

Confirmações desses exemplos podem ser encontrados nas tentativas recentes de estabelecer barreiras para o livre trânsito de conhecimento por redes virtuais, além das políticas de inovação e patentes,

dentre outros. Sem dúvida, uma série de mecanismos que buscam limitar a circulação de uma riqueza que não se desgasta por ser compartilhada: as mais diversas formas de conhecimento. O que as legislações buscam fazer é manter o conhecimento como um bem econômico por conta de sua escassez decorrente da própria legislação que restringe seu compartilhamento não mercantil. Diferentemente do que seria caso fosse *compartilhável como intercâmbio de saberes*. Porém, como mercadoria o conhecimento é fator de valorização do capital.

Ainda podemos enfatizar que o próprio consumo também é decorrente de uma ação do capital. De necessidade de mobilidade a hábitos alimentares, *o capital é aquele que em última instância instaura os padrões de consumo*. Do turismo massificado à moda, passando pela obsolescência programada o ato de consumir tem sua fundamentação na complementaridade do ato produtivo, ou seja, o consumo realiza aquele mais valor presente em casa mercadoria.

Desdobrando nossos entendimentos para a questão da centralidade do trabalho é necessário não perder de vista que o capital articula desigual e combinadamente os chamados fatores produtivos em conformidade com sua contínua valorização. Assim é que tecnologias poupadoras de mão de obra (pela lógica do capital) e amplificadoras da extração de mais-valor (pela lógica do trabalho) tais como aquelas decorrentes de uma assim chamada “revolução tecnocientífica e informacional” são conjugadas com a ampliação de um contingente de trabalhadores proletarizados em condições próximas aos limites da reprodução física, incremento de trabalho infantil, dentre outras, incluído modalidades análogas à escravidão.

Seriam esses sinais os sintomas da crise do capital? – voltamos a indagar.

Juntamente com esse processo, aquela já referida mercantilização da natureza realmente atualiza os mecanismos de acumulação de capital por vias não estritamente capitalistas, o que, por sua vez, se dá pela extração de mais-valor. Mas a questão que levantamos é: teria sido diferente em algum outro momento da história da dominação burguesa? Ou a burguesia desde antes da consolidação do capitalismo – durante a chamada acumulação primitiva de capital – e em toda a história da hegemonia do capital já não vem continuamente saqueando povos e natureza e inserindo-os em uma dinâmica mercantil?

Aqui também alertamos para o fato que não há novidade no processo de mercantilização da natureza atualmente em andamento. Tampouco que essa mercantilização seria sintoma de crise ou finitude do

capital, posto que é elemento constituinte do modo de produção capitalista, que dialeticamente se transforma-conservando seus elementos fundantes. Prova disso podem ser encontradas no processo de colonização, no imperialismo e na globalização.

Retomamos a indagação: *estariamos diante dos limites terminais do capital por conta da mercantilização da natureza em andamento?* Antes de respondermos, contudo, é necessário antecipar nossa defesa diante daqueles que afirmam que os sinais da crise se revelam justamente pela *intensificação das dinâmicas acima descritas*: fim da centralidade do trabalho ou superexploração do trabalho e ampliação da mercantilização da natureza. Ou seja, *os sinais da crise seriam dados pela amplificação das lógicas destrutivas do capital*.

Ora, argumentamos, e se ao invés de serem sinais de fraqueza – e conseqüentemente de crise terminal – forem indícios de vigor do modo de produção capitalista mesmo em face de crises cíclicas? Assim, diante dificuldades para se perpetuar enquanto força social dominante, a burguesia demonstraria dialeticamente sua capacidade de superar a crise em patamares mais elevados de acumulação e valorização de capital, ou seja, de amplificação das forças destrutivas do capital através justamente do aumento da exploração da força de trabalho e da mercantilização da natureza.

Assim, estamos diante da possibilidade de proferir a seguinte afirmação: acreditar que os atuais desafios são sinais da crise do capital é acreditar que teria havido um capitalismo diferente deste atual portador de uma dinâmica destrutiva. Enfim, o que *insistimos em afirmar é que o capitalismo como potencialidades desenvolvimentistas esgotou-se logo na sequência por ele operada da superação do modo de produção feudal*. Ou, para evitar desentendimentos: os “desenvolvimentos” possibilitados pelo capital só têm significado naquilo que se pode dar sob o domínio do modo de produção capitalista: “desenvolvimento” das forças amplificadoras da extração de mais-valor articulado ao “desenvolvimento” das forças destrutivas da natureza mercantilizada, enfim, “desenvolvimentos” limitados às possibilidades de reprodução de uma sociabilidade capitalista. Dito em termos mais claros: pela ampliação da exploração do trabalho e pelo domínio imperialista de parcelas e contingentes de força de trabalho cada vez mais amplos.

Por fim, as dinâmicas que hoje vigoram e permitem a valorização e a acumulação de capital não são incompatíveis com o desenvolvimento desse mesmo capital, podendo mesmo significar contraditoriamente a sua potencialidade histórica de superação das crises. E isso, ainda que possa colocar em risco a sobrevivência de boa parte da humanidade.

Sintetizamos essas reflexões argumentando que não estamos diante de uma crise terminal ou estrutural do capitalismo anunciada desde os anos 1970, mas sim diante da permanência de ciclos de expansão e contração econômicas que, apesar das dificuldades de retomada, têm significado expansão – e não contração – do capital. E isso justamente por conta do acirramento das dinâmicas que já lhe são inerentes de ampliação da extração de mais-valor da classe trabalhadora – seja pela elevação da produtividade ou da expansão do contingente de trabalhadores superexplorados por todo o mundo – e pela dominação imperialista de parcelas cada vez mais vastas do mundo – na forma de mercantilização da natureza ou da escassez produzida de elementos naturais. Processos esses que não são isentos de violência, dentre as quais as guerras ocupam papel importante por se configurarem também como elemento anticíclico.

Crise e desafio socioambiental

Por isso é que insistimos em debater não a crise terminal do capitalismo, mas sim os desafios socioambientais que ela representa. Sem dicotomias entre sociedade e natureza e, acima de tudo, recolocando a urgência da luta de classes como motor da história. Sim, é urgentíssimo esse reconhecimento do *papel da luta de classes* para que o *pessimismo da razão não obstaculize o otimismo da vontade* e que as classes exploradas se assumam como portadoras de uma sociabilidade capaz de superar o caráter destruidor da acumulação/valorização de capital, enquanto ainda temos sociedade e natureza.

Assumir tal postura se fundamenta em um pensamento do devir histórico não teleologicamente determinado, mas sim na capacidade do estabelecimento de *relações sociais de produção que liberem as forças produtivas*. Fundamentos que procuraremos entender melhor a seguir.

A visão evolucionista dos modos de produção que traçava um “desenvolvimento” que partia do comunismo primitivo e chegava ao socialismo após ter passado pelos modos de produção asiático, escravista e feudal teve como consequência a crença em que cada passo dado pela humanidade na constituição de cada um desses modos de produção seria uma *necessidade histórica*, ou seja, “*tinha que acontecer*”. O que essa abordagem deixava de considerar é justamente que a constituição de um *modo de produção específico é resultado da luta de classes*, onde uma determinada classe consegue dominar as demais. Assim, não seriam automatismos na evolução das forças produtivas que

desencadeariam a os processos revolucionários, mas a assunção por uma determinada classe social do papel que ela deveria desempenhar para instaurar relações sociais novas que permitissem o avanço daquelas forças produtivas. Caso tal classe não assumisse seu papel histórico ou não lograsse êxito em sua tarefa revolucionária, um novo modo de produção não brotaria por força da geração espontânea.

Assim é o papel da burguesia na constituição do capitalismo. E as revoluções burguesas assim são chamadas por conta do resultado a que chegaram, tendo em vista que a luta de classes que se desenvolve na crise do feudalismo revela um embate entre nobreza, camponato, classes trabalhadoras urbanas e burguesia do qual essa sai vitoriosa. No caso emblemático da Revolução Francesa, verificamos que ela se inicia como uma reação nobiliárquica à cobrança de impostos para, em outro momento faz aflorar como revolta do camponato, e em mais outro quando passa por um período identificado como Era das Antecipações, onde conquistas populares vicejam, para, enfim, consolidar o poder burguês. A compreensão desse processo de luta de classes sem um resultado *a priori* imuniza-nos da defesa de um automatismo no desenvolvimento dos modos de produção em que as classes não teriam um efetivo papel de sujeitos históricos, com efetivamente o têm.

Nem por isso, é bom adiantar, haveria um mero voluntarismo histórico capaz de forjar novos arranjos sociais. Certamente que as *classes fazem a história, mas sob condições dadas pela própria história*. O que enfatizamos é que, mesmo com as condições dadas, não há qualquer garantia que determinada classe assumirá seu papel transformador e nem mesmo que, no caso dela assumi-lo, logrará realizar as transformações de que é portadora. Condições objetivas e o papel subjetivo das classes sociais em luta na concretude do processo histórico é determinarão a sociabilidade em cada momento histórico.

Instauradas novas relações sociais, estão abertos os caminhos para o avanço das forças produtivas condizentes com aquelas referidas relações – e não um avanço positivamente em aberto. Assim é que, com a chegada da burguesia ao poder, os entraves feudais aos avanços das forças produtivas são derrubados e a mercantilização passa a ser o elemento determinante da sociabilidade humana sob o domínio da burguesia. É o que se dá com a natureza – que agora se torna “recurso natural” – e com a força de trabalho – cujo preço é representado pelo salário – em uma escala cada vez mais crescente. A história do capitalismo poderia ser descrita como a ampliação dessa mercantilização

da natureza e da sociabilidade conjugada ao aprofundamento da exploração da força de trabalho em patamares cada vez mais elevados a partir da superação das crises desencadeadas justamente pelo anterior sucesso de produção/reprodução do capital.

São esses processos que a burguesia recoloca continuamente através da luta de classes como forma de garantir a reprodutibilidade de modo de produção capitalista. E, como já afirmamos, tudo isso é feito a partir de um processo altamente destrutivo, onde as forças produtivas/destrutivas têm suas dinâmicas subordinadas à perpetuação do domínio burguês.

Diante desse quadro – ou dessas condições objetivas – é que a luta de classes deve ser recolocada pelas classes exploradas. São essas classes que representam a possibilidade de liberar o avanço das forças produtivas, a partir da instauração de relações sociais não mais voltadas à valorização do capital, no sentido de ampliação das potencialidades humanas. Enfatizamos: as condições objetivas estão dadas, o que revela a potencialidade histórica do período que vivemos. Não há, porém, qualquer garantia de que as classes exploradas assumirão seu papel transformador, tampouco que lograrão êxito em sua tarefa revolucionária.

Vencida a sociabilidade capitalista, o avanço das forças produtivas poderá se dar no sentido da emancipação humana. Não mais a distribuição e o consumo como realização do mais-valor gerado na produção, mas sim a satisfação das necessidades humanas. Ou seja, não mais o valor, e sim o valor de uso. Não mais o trabalho alienado porque produtor de mais-valor, mas sim o trabalho entendido como relação dialética entre sociedade e natureza. E aqui consideramos importante enfatizar: o metabolismo socioambiental compreendido como coevolução entre sociedade e natureza, enfim, como reino da liberdade.

O caráter destrutivo do capital é posto a nu quando enfatizamos a superação do desafio socioambiental a partir de uma matriz sustentável do metabolismo entre sociedade e natureza por haver uma incompatibilidade estrutural entre valorização do capital e coevolução. Isso porque é estruturalmente impossível impor *limites absolutos* o processo de valorização do capital em uma dinâmica capitalista. Ou seja, os “limites” seriam sempre pontuais, pois, caso fossem estruturais, colocariam por terra abaixo o próprio capitalismo.

Mais do que isso é preciso não esquecer que os limites ao capital são postos por sua própria dinâmica de valorização – incremento do capital fixo como forma de ampliação da extração de mais-valor conjugada a uma redução do trabalho vivo que é, justamente, o elemento determinante do processo de valorização

e todas as formas destrutivas de regulação dessa dinâmica – e não as limitações postas pela economia vulgar burguesa – necessidades ilimitadas diante de recursos finitos. Enfim, ilimitadas são as necessidades do capital diante da natureza e da sociedade cujas sustentabilidades são estruturalmente violentadas no processo de valorização.

Sendo assim, tal carência estrutural de limites à valorização defronta-se com as possibilidades da sustentabilidade socioambiental. Não é demais salientar que não limitamos nossa análise a uma abordagem meramente “ambientalista”, mas naquela que considera o capitalismo *estruturalmente destrutivo*, onde, no extremo, a guerra é um dos recursos utilizáveis para a retomada dos ciclos expansivos. Daí a impossibilidade de uma matriz socioambiental fundada na coevolução sociedade-natureza como o modo de produção capitalista. O desafio socioambiental em sua urgência significa fazer da luta de classes o motor da superação da destruição causada pelo capital.

Referências bibliográficas

- BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.
- CHESNAIS, F. (Coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.
- COSTA, F. de A.; CARVALHO, H. M. Campesinato. IN: CALDART, R.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/ São Paulo: EPSJV / Expressão Popular. 2012.
- FALCON, F. & MOURA, G. **A formação do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Campus, 1989, 11ª Ed.
- FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- HOBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- KART, C. & COGGIOLA, O. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1996.
- LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.
- MANDEL, E. **A crise do capital os fatos e a interpretação marxista**. São Paulo: Editora Ensaio, 1990.
- MARTINS, J. A. **Império do terror: Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do século XXI**. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- MESZÁROS, I. **Para além do capital – rumo a uma teoria da transição**. São Paulo/Campinas: Boitempo/Unicamp, 2002.
- NETTO, J. P. & BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução**. São Paulo: Cortez, 2009, 5ª Ed.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- RIBEIRO, M. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação**. São Paulo, 2010.
- SANDRONI, P. (org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 2003.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2011.
- SANTOS, Th. dos. **Forças produtivas e relações sociais de produção**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1991.
- WOOD, E. **A origem do capitalismo**. São Paulo: Zahar, 2005.